



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8275 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

**QUEM SÃO AS CRIANÇAS PRESENTES NAS MANIFESTAÇÕES?  
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ETÁRIAS, ECONÔMICAS DE CRIANÇAS  
PARTICIPANTES DE ATOS POLÍTICOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
Regiane Sbroion de Carvalho - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ  
Maria Eduarda Rodrigues Teles - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ  
Fabiola Vasconcelos Cordeiro - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ  
Agência e/ou Instituição Financiadora: Pibic Uerj

**QUEM SÃO AS CRIANÇAS PRESENTES NAS MANIFESTAÇÕES?  
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ETÁRIAS, ECONÔMICAS DE CRIANÇAS  
PARTICIPANTES DE ATOS POLÍTICOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

O direito à participação da criança é discutido desde a Convenção dos Direitos da Criança de 1989, que pauta a ampliação dos direitos da criança para além de sua proteção, incluindo a participação e atribuindo à criança o papel de autor em suas ações e relações (CARVALHO, 2015; OLIVEIRA, 2018; RENAUT, 2002). Entretanto, os termos, formas e locais dessa participação ainda são pouco delimitados, abarcando desde sua inserção nas microrrelações até a ocupação de posições deliberativas, com poder de voz e voto (CARVALHO, 2015). Buscando compreender a participação política da criança em espaços públicos, este trabalho, que é parte de uma pesquisa de iniciação científica, visa apresentar e discutir as características sociais e econômicas de crianças que participaram de atos políticos realizados na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 2019 e 2020. Para tanto, recorremos a um *questionário estruturado* que objetivou uma caracterização sociodemográfica da família e da criança. O questionário era composto por 21 questões e foi respondido, nos próprios atos, pelos responsáveis. Foram acompanhados 13 atos, divulgados por redes sociais e que se inserem em diferentes vertentes políticas: Banqueteo contra o fim do Consea (2019); Dia internacional das mulheres 8M (2019); Em memória de Marielle Franco (2019); 13 meses, 80 tiros: Justiça para Marielle, Anderson e Evaldo (2019); Contra os cortes na educação (2019); Ato a Favor da Educação (2019); Ato pró-Bolsonaro (2019); Profissionais da Escola Parque Gávea e Barra – Greve Geral (2019); Ato Greve Geral (2019); 3º Tsunami da Educação (2019); 1 Ano #EleNão (2019); Dia Internacional da Mulher (2020). A seleção dos participantes se deu por busca ativa dos pesquisadores nos atos. No total, participaram 41 crianças e seus responsáveis. A distribuição de crianças por idade foi: seis anos (oito crianças); cinco anos (sete crianças), onze anos (seis crianças), sete e oito anos (cinco crianças cada); quatro, nove e dez anos (três crianças cada); e uma cuja idade não foi identificada. A pouca idade não constituiu fator determinante para o afastamento das crianças de espaços públicos e ações políticas, uma vez que mais da metade dos participantes (23 crianças) está na faixa etária de cinco a sete anos. Isso contraria o discurso corrente de que as manifestações

são espaços perigosos, principalmente para crianças pequenas, pois neles pode haver violência de diferentes formas e sujeitos. Com relação à renda das famílias, 36,6% estão na faixa de 4 a 10 salários mínimos (SM), 29,3% apresentam renda entre 2 e 4 SM, 12,2% entre 1 e 2 SM, 7,3% entre 10 e 20 SM e 2,4% de até 1 SM e 12,2% não responderam. Em relação à escolaridade dos responsáveis pelas crianças, 23 têm nível superior completo, seguido de Ensino médio e pós-graduação, com 6 respondentes cada, 3 com Ensino Superior Incompleto e 3 não responderam. Em todos os atos encontramos pelo menos um respondente com nível superior completo; entretanto, nos atos a favor da educação encontramos maior incidência: 9 de 12 participantes. Os atos em que há mais participantes com pós-graduação (dois em cada) são aqueles em memória de Marielle Franco e do Dia Internacional da Mulher (2019). O grupo de escolaridade de nível médio foi encontrado de forma equilibrada em atos com diferentes propostas. A proporção de participantes com ensino superior completo é de 70,7%, considerando também aqueles com pós-graduação, o que é bem superior aos dados da população brasileira em geral (17,4% de acordo com o Educa IBGE). Esse dado aponta uma tendência à frequência, nos atos políticos, de crianças cujos responsáveis têm alta escolaridade. Além disso, os atos em defesa da educação concentraram os responsáveis com maior escolaridade, o que aponta uma pauta que chama às ruas pessoas com essas características. Entre as formas de atuação política dos responsáveis pelas crianças, 39% citaram participar de movimentos sociais, que variam entre: movimentos feministas (quatro participantes); luta por moradia (dois participantes); movimentos sindicais (quatro); partidos políticos (dois) e organização comunitária (três); e fórum de saúde. Os atos com o maior número de participantes vinculados a movimentos sociais foram: Ato em memória de Marielle Franco, Dia Internacional das Mulheres e A Favor da Educação. A maioria destes atos é ligada a pautas femininas, o que indica uma tentativa de engajar suas crianças neste assunto. Outra possibilidade de análise é em relação ao cuidado da criança socialmente atribuído a mulher que, muitas vezes, para ocupar um lugar de luta política, deve levar suas crianças consigo. É significativo o valor de 39% de participantes ligados a movimentos sociais, o que indica que estas crianças, já estando, direta ou indiretamente, introduzidas em ambientes de luta e reivindicações políticas, têm vivências diferentes das mais comuns na sociedade, em que o engajamento político não constitui a norma. Em relação à iniciativa para ir ao ato, 75% das crianças estiveram presentes por iniciativa dos responsáveis: três crianças de quatro anos, cinco crianças de cinco anos, seis crianças de seis anos, quatro crianças de sete anos, três crianças de oito anos, três crianças de nove anos, uma criança de dez anos e seis crianças de onze anos. Estudos (LARA; CASTRO, 2016) têm refletido que, quanto menor a criança, menor sua possibilidade de participação e decisão, sob o argumento de sua incapacidade cognitiva e moral (LARA; CASTRO, 2016; OLIVEIRA, 2018). Entretanto, nossos dados não corroboram tal afirmativa, uma vez que a decisão sobre a ida das crianças ao ato foi realizada pelos adultos independente da idade da criança, não apenas para as mais novas, sendo, inclusive, uma das maiores incidências de decisão adulta junto às crianças mais velhas, de onze anos. Por outro lado, duas crianças de 8 anos apontam que a presença no ato foi uma decisão conjunta com seu responsável e duas (uma de 6 e a outra de 10 anos) decidiram sozinhas. Seis participantes não responderam. A idade da criança, portanto, não aparece como fator determinante para sua possibilidade de escolha e decisão, nesse caso, sobre sua presença em atos políticos. A partir dos dados, concluímos que as crianças que participaram de manifestações políticas na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 2019 e 2020 são, em sua maioria, meninas, de cinco, seis e onze anos, com renda de 4 a 10 salários mínimos, tendo seus responsáveis curso superior e, em sua maioria, não participantes de movimentos sociais, embora essa taxa seja bastante maior do que na população em geral. Crianças essas que não decidiram por estar naquele espaço. Isso nos leva a refletir que a participação política da criança ainda se encontra em grupos com maior escolaridade, sendo pouco pautada pela própria criança, mas tutelada pelo responsável adulto.

Palavras-chave: participação, criança, política, participação política

**Referências:**

CARVALHO, R. S. de. **Política e infância:** aproximações a partir da escuta de crianças de movimentos sociais de luta pela terra. 2015. 249 p. Doutorado – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 19/11/2015.

LARA, J. S. de; CASTRO, L. R. de. As crianças no encontro com o outro: uma perspectiva relacional e afetiva da responsabilidade. **Latitude**, v. 10, n. 2, p. 217-249, 2016.

OLIVEIRA, F. A Criança e os Espaços Públicos: Reflexões acerca das Implicações da Participação Infantil. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 28, n. 57, p. 41-57, 2018.

RENAUT, A. **A libertação das crianças:** Contribuição Filosófica para uma história da infância. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 343 p.